

ENSAIO

Ciências do Estado para além da graduação: relatos de experiências na pós-graduação

Pâmela Rezende Cortes¹ | Rodrigo Badaró de Carvalho²

Como citar este ensaio: CORTES, Pâmela Rezende; CARVALHO, Rodrigo Badaró de. Ciências do Estado para além da graduação: relatos de experiências na pós-graduação. *Revista de Ciências do Estado*. Belo Horizonte: v. 4, n. 1, e12246.. ISSN: 2525-8036.

Recebido em 27.09.2018

Publicado em 22.03.2019

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é menos um artigo que um ensaio. E, assim sendo, sua construção parte mais das experiências concretas vivenciadas por seus autores do que de amplo trabalho teórico ou empírico realizado com o rigor necessário para que seja considerado um trabalho propriamente científico. Buscou-se expor aqui alguns aspectos que podem ter valor para estudantes que almejam em algum momento ingressar em algum programa de pós-graduação. Certamente, porém, as impressões aqui compartilhadas terão mais valor para estudantes que estão inseridos no contexto do curso de graduação em Ciências do Estado da UFMG.

Dividiu-se o trabalho da seguinte forma: inicialmente (Seção 2) se apresenta alguns aspectos mais gerais acerca das angústias e das possibilidades vivenciadas por um pesquisador no início de sua carreira, isto é, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), relacionando com o ingresso na graduação em Ciências do Estado; em seguida (Seção 3), discute-se como a questão da interdisciplinaridade segue sendo um desafio para cientistas do Estado que seguem suas pesquisas em sede de pós-graduação e apresenta-se o problema de como se tornar um pesquisador sem terra fixa e, por fim, na quarta e última seção são compartilhadas algumas impressões mais específicas em relação às

¹ Bacharela em Ciências do Estado (UFMG), Mestre em Direito (UFMG) e Doutoranda em Direito (UFMG);

² Bacharel em Ciências do Estado (UFMG), Mestre em Direito (UFMG) e Doutorando em Ciência Política (UFMG).

experiências vivenciadas pelos autores junto aos Programas de Pós Graduação em Direito e em Ciência Política.

2 SOBRE A CARREIRA DE UM PESQUISADOR EM PROCESSO

O trabalho de pesquisa acadêmica é árduo e demanda algumas características daqueles que escolhem exercê-lo. A primeira delas certamente é a inquietação e a busca por realizar questões que sirvam de motor para o seu trabalho. O rigor, a capacidade de articular teorias e métodos são apenas consequências dessa primeira característica fundamental. Para além da capacidade teórica, porém, há uma série de habilidades que são fundamentais para o trabalho de qualquer pesquisador: a capacidade de gerir seu próprio tempo, suas próprias tarefas, e ter autonomia e proatividade para encontrar novas fontes de informação e novos ângulos para um mesmo problema.

Essa é uma daquelas habilidades básicas que dificilmente alguma disciplina irá ensinar. Organizar seu próprio tempo de trabalho pode ser uma vantagem incrível para aqueles que já possuem um autoconhecimento e uma boa dose de disciplina. Mesmo para esses, no entanto, a carreira de pesquisador apresenta algumas peculiaridades: a existência de poucos marcos temporais e muita discricionariedade na ordem das tarefas leva a um dia fragmentado, com longos espaços de improdutividade seguido de horas extremamente produtivas e criativas, e a autonomia muitas vezes leva a uma dificuldade em saber qual o próximo passo, qual a próxima tarefa. Não há ninguém tomando suas lições, dando ponto, corrigindo suas respostas. Seu trabalho será entregue ao final e seu feedback, mesmo com o orientador atencioso, se dá no momento final do trabalho, regado a tensão e ansiedade.

O pesquisador é, portanto, alguém com nervos de aço (quando não com os nervos em frangalhos). É preciso assumir-se como um ser pensante autônomo e ninguém pode te dizer onde isso vai te levar: com frequência, a lugar nenhum, quando é preciso refazer os passos e começar de novo a buscar informações que te ajudem a responder as perguntas a que se propôs. Pesquisa é processo, dissertação e tese são apenas marcos da trajetória que buscam qualificar aquele que pesquisa para fazer algo útil com o que foi feito até ali, é um título, mas é sobretudo uma pausa de um processo a terminar.

As dificuldades naturais desse processo de formação de um pesquisador autônomo se somam a diversos outros problemas: a pressão crescente por produtividade no meio científico; o problema nas relações interpessoais, sobretudo com o orientador, não raras vezes pessoas com ego inflado e de difícil convivência, e os problemas de financiamento das pesquisas, que vêm se aprofundando nos últimos anos, são alguns exemplos de desafios que frequentemente

têm que ser vencidos por pesquisadores. Apenas muito recentemente a situação peculiar vivida por jovens pesquisadores tem sido objeto de estudo, em especial após a publicação de artigo em uma das mais conceituadas revistas científicas do mundo apontando que estudantes de pós-graduação têm seis vezes mais chance de passarem por problemas como ansiedade e depressão (EVANS et al., 2018)

Formar no curso de Ciências do Estado de alguma forma te prepara para essa carreira difícil, árdua e aberta. O curso tem um formato feito para que desde o princípio o aluno assuma o protagonismo de sua própria formação, podendo aprofundar seus estudos em alguma(s) das diversas áreas abrangidas pela grade curricular. O aluno de Ciências do Estado sabe que a qualidade do curso que ele fará dependerá fundamentalmente do seu próprio esforço. E, igualmente, a conquista por espaço no mercado de trabalho também traz desde cedo essa necessidade de engajamento e busca pelas oportunidades. Ainda que essa autonomia possa ser excessiva e decorrer justamente da confusão entre um pesquisador e um graduando, é inegável que para ser aluno de Ciências do Estado também é preciso ter os nervos de aço, quando tudo dá certo.

Mas, apesar dos inegáveis obstáculos que se impõem a um pesquisador, há de se falar também das vantagens de se adentrar em uma carreira acadêmica. Vivenciar e, principalmente, concluir todo um processo de pesquisa é algo recompensador. Além disso, um título de Mestre ou Doutor, sobretudo quando obtido por alguma das grandes Universidades do país, consolidam uma formação de excelência. Trata-se de uma oportunidade ímpar para qualquer estudante, e em especial para os de Ciências do Estado, aprofundar nos estudos de temas que despertaram interesse no decorrer da graduação. Não há dúvidas também de que a obtenção desses títulos cria um diferencial para o profissional, mesmo para aqueles que não desejam seguir estritamente naquele campo popularmente conhecido como “carreira acadêmica”, desde que o portador do título saiba como vender esses anos em que esteve comprometido com a sua pesquisa (já citamos a autonomia e a proatividade, vale adicionar e a capacidade de encontrar informações, que são habilidades fundamentais em diversos cargos de liderança no mercado não-acadêmico).

3 SOBRE SER PESQUISADOR EM UMA ÁREA INTERDISCIPLINAR

O universo acadêmico tem clamado pela interdisciplinaridade³: é preciso conectar as ciências e as pesquisas, é preciso juntar todas as conclusões de forma a transformá-las em soluções reais para problemas reais. É difícil encontrar acadêmicos que não concordem que as ciências precisam se conectar mais.

Ninguém te conta o ônus dessa busca, porém. Fazer pesquisa interdisciplinar é complexo e arriscado (GLEED, MARCHANT, 2016, p. 5). Destacaremos duas dificuldades advindas da pesquisa interdisciplinar: o trabalho dobrado daquele que sai de sua zona de conforto para buscar respostas de áreas alheias, e a dificuldade de fincar raízes e afirmar sua especialidade.

3.1 O TRABALHO DOBRADO DO PESQUISADOR INTERDISCIPLINAR

Quanto à primeira dificuldade (pessoas espertas que prezam pelas palavras auspiciosas diriam desafio, mas não estamos aqui para dourar a pílula, somos sobreviventes de nervos de aço), é importante primeiro compreender como se efetiva a interdisciplinaridade, para além do discurso bonito - e vago.

Para que a interdisciplinaridade aconteça, é preciso estar aberto para o novo, e é preciso colocar-se em situações inusitadas, que possam levar a ideias igualmente inusitadas. A serendipidade, que é esse encontro fortuito de informações que não estavam sendo buscadas, era muito mais natural para o pesquisador que precisava folhear revistas e livros em busca de informação, ao invés de jogar palavras-chave no google (LEVITIN, 2015, p. 446). Assim, para que a interdisciplinaridade aconteça no mundo de hoje, é preciso se dispor a ocupar espaços que não são os seus, que não lhe “pertencem” naturalmente. É preciso estar confortável em não saber, no começo, o que está sendo discutido, é preciso consumir informações de áreas que não as de formação original. E isso sem prejudicar a formação especializada, porque ainda que queiramos que as disciplinas comuniquem-se, o fato é que a hiperespecialização não apenas é inevitável, mas talvez saudável, tendo em vista os avanços que a ciência conseguiu por meio da partição do mundo em suas menores partes possíveis (DOMINGUES, 2005, p. 18). O fato é que a conexão entre disciplinas leva muito mais à criação de novas disciplinas do que à completa destruição das fronteiras disciplinares⁴.

³ Sobre isso, chama a atenção a iniciativa da própria Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em criar um “Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares”. Ver: <https://www.ufmg.br/ieat/>.

⁴ Para uma reflexão mais ampla sobre a transdisciplinaridade, cf.: PAULA, João Antônio (Org). *A Transdisciplinaridade e os desafios contemporâneos*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

A interdisciplinaridade existe e acontece numa pesquisa, na solução de um problema, sob o comando daquele que está pesquisando, portanto. Se a intenção é conectar o Direito e a Política, por exemplo, cabe ao pesquisador estudar e compreender cada uma das áreas, para depois compreender como as duas áreas de estudo são capazes de dar ferramentas e conceitos relevantes ao problema enfrentado.

O aluno de Ciências do Estado reconhece o debate sobre interdisciplinaridade como um de seus grandes debates fundacionais. Nesse sentido, certamente o cientista do Estado transita com mais facilidade por diversos campos do conhecimento. Apesar de se tratar de um curso ainda bastante recente, existem egressos espalhados por diversos Programas de Pós-Graduação. Direito, Ciência Política, Educação, Criminologia, Políticas Públicas, Filosofia, “Gênero e Raça”, são alguns dos programas que abrigam ou já abrigaram cientistas do Estado. A interdisciplinaridade é, portanto, uma vocação que nasce junto do curso de Ciências do Estado.

Não há, pois, de se esconder os problemas envolvidos nesse processo. Transitar entre áreas distintas muitas vezes exige o dobro de esforço do pesquisador para que possa se ambientar e compreender com profundidade os debates que ocorrem em campos do conhecimento tão diversos. Não se pode esconder pesquisas rasas sob o signo da interdisciplinaridade, porque a conexão de ideias deve levar a um aprofundamento do conhecimento, não à sua banalização. Soma-se a isso o fato de que, apesar de se afirmar interdisciplinar, as disciplinas do curso não conseguem escapar dos muros da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG. Assim, o discurso é um, mas a prática acaba por ser outra.

O pesquisador acadêmico e o cientista do Estado encontram-se aqui: a interdisciplinaridade pressupõe a ação do sujeito, não da instituição. A instituição, é claro, deve dar as ferramentas, e talvez ela ainda esteja em falta com suas responsabilidades. Dois problemas se colocam de pronto para a pesquisa interdisciplinar: o prazo padronizado para a realização das pesquisas e a falta de espaços institucionais para contato e intercâmbio de pesquisadores de áreas diversas (GLEED, MARCHANT, 2016, p. 5). Mesmo que a instituição universitária abrigue o discurso e a prática interdisciplinar, ela ainda se organizará em termos de ciências, departamentos e carga horária dos docentes. O pesquisador acadêmico, como um graduando de qualquer dos cursos, também se vê preso em suas grades, mas sua obrigação é a de expandir as fronteiras de sua área de formação e das referências de seu orientador e encontrar novos espaços, novos caminhos, novos conceitos.

O aluno de Ciências do Estado que não se prende ao que é fornecido, que aproveita as oportunidades da faculdade, como os grupos de estudos, pesquisa e extensão, está mais próximo do pesquisador do que imagina. Ele já compreendeu que não será das mãos de um professor que receberá sua formação, mas de sua capacidade de colocar a mão na massa, na disposição para aprender, nos compromissos que faz consigo mesmo e com o seu futuro.

3.2 O PESQUISADOR SEM TERRA FIXA

Da segunda dificuldade da interdisciplinaridade, que é a dificuldade de afirmar sua especialidade, surge um sujeito sem terra fixa, todos e nenhum espaço lhe pertencem. Aqui novamente se encontram o pesquisador acadêmico e o cientista do Estado.

Como pesquisador interdisciplinar, todos passamos pelo mesmo desespero quando alguém de fora da área acadêmica pergunta: “o que é que você está pesquisando?” Alguns treinam uma resposta pronta, outros arranham uma resposta vaga. A comunicação de uma pesquisa que pressupõe conhecimentos de diversas áreas é extremamente complicada, e mais ainda é a sua definição disciplinar. Em qual espaço cabem as pesquisas sem nacionalidade fixa?

O aluno de Ciências do Estado enfrenta o mesmo problema, e todos passam pela dificuldade de explicar para um parente qual curso está fazendo: é próximo de ciência política, parece o direito, é uma ciência social aplicada, é tipo gestão pública, é quase administração pública. Não ter nação é quase como não ter identidade, e não ter identidade é tanto uma oportunidade quanto um problema concreto. Você se forma sem mercado pronto, precisa desbravar um universo de possibilidades, e em todas elas você precisará se explicar. A não-identidade leva a uma extrema autoconsciência: podemos não saber definir, mas sabemos todos os problemas, todas as conexões, estamos treinados nas explicações e justificações. Estamos todos, alunos e egressos, interessados em situar, em fincar raízes. Mas precisamos compreender que estamos todos construindo esse caminho.

Assim é o pesquisador acadêmico interdisciplinar, que precisa fincar sua pesquisa nas fronteiras e desdobra-se para explicar porque merece cidadania dos dois espaços, porque no fundo é um estrangeiro em qualquer área, um apátrida em termos de ciência. O que o pesquisador interdisciplinar faz, por vezes, é *recusar a territorialidade*: ninguém é dono de ciência alguma, e qualquer um está apto a falar, desde que se esforce o suficiente para aprender a linguagem própria da área a que invade. Nega-se o “caráter territorial do poder pelo saber” (JUPIASSU, 2006, p. 2)

Depois de contextualizar a pesquisa acadêmica interdisciplinar e estabelecer as conexões entre o trabalho de pesquisador e a trajetória do cientista do Estado, passaremos para um breve relato das experiências nos Programas de Pós-Graduação.

4 AS EXPERIÊNCIAS: DIREITO E CIÊNCIA POLÍTICA

Para quem está inserido na realidade do curso de Ciências do Estado, não há novidade em dizer que o curso de Direito apresenta uma importância ímpar na sua constituição. Por se tratar de um curso criado na centenária e tradicionalíssima Faculdade de Direito (e Ciências do Estado, porque às vezes tradições devem ser quebradas) da UFMG, Ciências do Estado sente ainda hoje o ônus e o bônus dessa criação. Por um lado, apresenta um corpo de bons professores e traz consigo uma capacidade de dialogar com o mundo jurídico que, hoje mais do que em qualquer momento, é fundamental para compreender o Estado neste início de Século XXI, sobretudo no Brasil. Ainda que tenhamos um problema quase de nascença em assumir nosso espaço no Direito, é fato que o conhecimento do mundo jurídico é fundamental para manejar as instituições contemporâneas, e essa constitui uma das grandes forças do curso de Ciências do Estado. Por outro lado, o isolamento - inclusive físico - da Faculdade e a histórica dificuldade de dialogar com outras unidades da Universidade fazem com que o curso também sinta na pele as consequências desse isolamento.

Diante disso, o Programa de Pós-Graduação em Direito se transforma em um dos caminhos mais viáveis para os alunos de Ciências do Estado. A maioria esmagadora dos professores do curso são deste campo do conhecimento e, assim, as pesquisas desenvolvidas no decorrer do curso, seja de iniciação científica ou mesmo os Trabalhos de Conclusão de Curso, acabam por se dar junto a professores que estão vinculados a esse Programa de Pós-Graduação. Assim, para um formando em Ciências do Estado, tende a ser mais fácil compreender as linhas de pesquisas e os projetos que são desenvolvidos neste Programa. Essa é certamente uma enorme vantagem, que permite que as pesquisas desenvolvidas na pós-graduação muitas vezes sejam desdobramentos de outras pesquisas iniciadas ainda na graduação. Não há de esquecer também o fato de que se trata de um dos melhores programas de pós-graduação em Direito do país.

Por outro lado, o fato de permanecer na mesma Faculdade e sob orientação dos mesmos professores restringe em alguma medida a possibilidade da interdisciplinaridade. Ou, no mínimo, aumenta o esforço necessário a ser despendido pelo pesquisador que queira efetivamente realizar esse intercâmbio, restando a ele tanto o trabalho autônomo de procura

de fontes, quanto buscar cursar disciplinas de outras unidades com o intuito de expandir seus horizontes, já que na pós-graduação, assim como na graduação, é possível fazer disciplinas em qualquer unidade da UFMG. Experimentar outros programas pode ser fundamental para abrir novos horizontes nas pesquisas e até mesmo para consolidar a formação, adquirir habilidades que ainda não são oferecidas na Faculdade de Direito e Ciências do Estado.

Nesse sentido, o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFMG) aparece como uma possibilidade bastante rica também para o estudante que pretende seguir por caminhos diversos daquele oferecido pela própria Faculdade. Em alguma medida, é possível compreender que Ciências do Estado e Ciência Política se complementam. O primeiro tem se caracterizado nessa primeira década de existência por uma capacidade de articulação teórica bastante robusta. Trabalha-se com frequência com autores clássicos, da Filosofia, do Direito, da própria Teoria Política. Já o último, vem se consolidando nas últimas décadas como um programa que se inspira fortemente na Ciência Política estadunidense, tendo como marca um forte desenvolvimento metodológico de pesquisas tanto quantitativas como qualitativas. Na Ciência Política, predominam trabalhos empíricos e são cada vez mais raras as propostas essencialmente teóricas tanto entre os professores como entre os pós-graduandos. Essa característica, inclusive, faz com que seja bastante comum que os profissionais lá pós-graduados tenham forte inserção no mercado de trabalho, muitas vezes sendo absorvidos por órgãos públicos, empresas de consultoria, institutos de pesquisas. No Ciências do Estado, são abundantes os esforços de construção teórica e é bastante comum a queixa da ausência de métodos mais específicos que sejam capazes de capacitar os alunos a lidarem com aspectos importantes de sua possível atuação como, por exemplo, a falta de capacidade técnica para lidar com análise de políticas públicas.

A área da Ciência Política como um todo tem crescido bastante no Brasil, especialmente na última década, apresentando aumento expressivo na quantidade de programas, mestres, doutores, dentre outros aspectos (AMORIM NETO e SANTOS, 2015). O Programa de Pós Graduação em Ciência Política, assim como o do Direito, é dos mais tradicionais do país e atualmente recebe a nota máxima na avaliação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O objetivo foi apenas vislumbrar essas duas possibilidades de caminho para a pós-graduação a partir das experiências concretas seguidas pelos autores. Mas não se pretende, definitivamente, esgotar as possibilidades: todo um universo deve se abrir para aquele que se dispõe a estudar, usar os espaços da universidade e assumir a responsabilidade pela própria formação.

5 CONCLUSÃO

Não é fácil ser pioneiro. Um curso novo é um desafio, uma dificuldade, uma oportunidade, a palavra que melhor aprouver. O fato é que se trata de um teste para as próprias forças (e está tudo bem decidir que não é isso o que se buscava numa formação de nível superior).

Para aqueles que se encontram no curso de Ciências do Estado, porém, o caminho da pesquisa torna-se quase natural. A autoconsciência dos desafios e da condição de apátridas torna-nos fortes: os nervos calejam, se isso for possível, e a busca pelas respostas torna-se vocação. A carreira de pesquisador que não tem seu próprio programa de pós-graduação é complexa, assim como do egresso que não tem um mercado profissional estabelecido. Há diversas vantagens e dificuldades que um estudante com outras trajetórias talvez não vivencie.

De forma que a pergunta sobre o que é o curso de Ciências do Estado permanece sem resposta, mesmo com o avançar da carreira. Sem terreno fixo, podemos afirmar que qualquer lugar nos pertence, e qualquer programa de pós-graduação pode ser ocupado. Cabe ao egresso do curso operacionalizar suas dúvidas e sua não-territorialidade, usando as ferramentas desenvolvidas ao longo do curso para seguir na carreira acadêmica. Estamos todos constantemente perguntando o que somos, para que servimos, o que nos diferencia. Essa busca constante por respostas é uma excelente definição do que faz um cientista do estado, e a mesma coisa pode ser dita para um pesquisador acadêmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM NETO, OCTAVIO; SANTOS, FABIANO. La ciencia política en Brasil en la última década: La nacionalización y la lenta superación del parroquialismo. **Rev. cienc. polít. (Santiago)**, Santiago, v. 35, n. 1, p. 19-31, 2015. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718090X2015000100002&lng=es&nrm=iso. Acesso em 26 de Setembro de 2018.
- DOMINGUES, Ivan. **Conhecimento e transdisciplinaridade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- EVANS, Teresa M. et al. Evidence for a mental health crisis in graduate education. **Nature biotechnology**, v. 36, n. 3, p. 282-284, 2018.
- GLEED, A.; MARCHANT, D. **Interdisciplinarity**: Survey report for the Global Research Council 2016 annual meeting. Stockport, UK: djs research, 2016.
- JUPIASSU, Hilton. **O espírito interdisciplinar**. Cadernos EBAPE. BR, v. 4, n. 3, p. 01-09, 2006.
- LEVITIN, Daniel J. **A mente organizada**: como pensar com clareza na era da sobrecarga de informação. Tradução de

Roberto Grey. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

PAULA, João Antônio (Org). **A Transdisciplinaridade e os desafios contemporâneos**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

STATE SCIENCES BEYOND THE UNDERGRADUATE COURSE: GRADUATE COURSE EXPERIENCE REPORTS

Pâmela Rezende Cortes / Rodrigo Badaró de Carvalho

How to cite this essay: CORTES, Pâmela Rezende; CARVALHO, Rodrigo Badaró de. Ciências do Estado para além da graduação: relatos de experiências na pós-graduação. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 4, n. 1, e12246. ISSN: 2525-8036.